

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE EM PARQUES E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Recebido em:** 19/11/2017

**Aceito em:** 20/07/2018

*Junior Vagner Pereira da Silva*<sup>1</sup>  
*Dirceu Santos Silva*<sup>2</sup>

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Campo Grande – MS – Brasil

*Tânia Mara Vieira Sampaio*<sup>3</sup>  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Luziânia – GO – Brasil

**RESUMO:** O objetivo é analisar se as políticas públicas de esporte e lazer em parques de Campo Grande/MS promovem a acessibilidade metodológica e programática das pessoas com deficiência. Trata-se de uma pesquisa descritivo-exploratória, realizada em cinco parques esportivos de Campo Grande-MS, por meio de entrevistas estruturadas. Os resultados indicam que o poder público não tem promovido a acessibilidade programática e metodológica, a partir do momento que inexistem ações políticas para esse público. A inclusão de pessoas com deficiência foi verificada apenas em um parque, promovida por uma ONG. Os programas analisados não adaptaram as regras com ênfase na acessibilidade metodológica e inclusão de todas as pessoas. Dessa forma, conclui-se que o direito de acessibilidade programática e metodológica das pessoas com deficiências nas práticas de esporte e lazer de Campo Grande/MS tem sido violado.

**PALAVRAS CHAVE:** Política Pública. Esportes. Atividades de Lazer.

### PUBLIC POLICY OF SPORT IN PARKS AND INCLUSION OF PERSONS WITH DISABILITIES

<sup>1</sup> Doutor em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília, docente do curso de Educação Física e Programa de Mestrado Interdisciplinar em Saúde e Desenvolvimento do Centro Oeste junto a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Atualmente é tutor do PET-Educação Física; Coordenador da REDE CEDES MS; Chefe da Coordenadoria de Cultura e Esporte/PROECE/UFMS; Presidente da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Estudos do Lazer (2018/2020) e Editor Chefe da RBCM.

<sup>2</sup> Doutor em Educação Física pela Universidade de Campinas, docente do curso de Educação Física junto a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e membro da REDE CEDES MS.

<sup>3</sup> Doutora em Ciências da Religião pela UMEESP, docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Luziânia, atuou como docente e orientadora no Programa de Mestrado e Doutorado em Educação Física da Universidade Católica de Brasília e Programa de Mestrado e Doutorado da Universidade Metodista de Piracicaba.

**ABSTRACT:** The aim is to analyse if the public policies of sport and leisure in parks of Campo Grande/MS promote the methodological and programmatic accessibility of people with disabilities. It is a descriptive-exploratory research, through structured interviews. The results indicate that the government has not promoted programmatic and methodological accessibility, from the moment that there is no political actions for this audience. An inclusion of people with disabilities only in a park was verified (promoted by a Non-Governmental Organization). The programs analysed did not adapt the rules with an emphasis on methodological accessibility and inclusion of all people. Thus, it concludes that the right of programmatic and methodological accessibility of people with disabilities in the sports and leisure practices of Campo Grande / MS has been violated.

**KEYWORDS:** Public Policy. Sports. Leisure Activities.

## **Introdução**

O conceito de política pública é polissêmico na literatura científica e não existe um consenso sobre o seu significado. Assim, para o presente artigo o conceito de política pública adotado tem como base a ação do estado em um determinado setor da sociedade, o que permite também a atuação do setor privado e do terceiro setor. As políticas públicas estão associadas a ação em torno do bem comum, mas não significa consenso, uma vez que permite o conflito entre os diferentes setores da administração pública, bem como a atuação da sociedade civil (MENICUCCI, 2006).

No caso das políticas públicas de esporte e lazer, deve-se levar em consideração o esporte como direito de cada um e o lazer como direito social, conforme descrição na Constituição Federal Brasileira de 1998 (BRASIL, 1988). Apesar da contemplação como direitos na legislação, o Estado ainda não conseguiu garantir para toda a população, o que gerou um problema de pesquisa, a ser investigado no poder público municipal de Campo Grande. Assim, a cidade de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, foi selecionada para a análise da gestão das políticas públicas de esporte e lazer, o que permite analisar uma determinada escolha política em detrimento de outra (SOUZA, 2006).

A partir dessa contextualização, a reflexão central do artigo girou em torno das seguintes questões: como é planejada a política pública de esporte e lazer de Campo Grande/MS no que diz respeito aos horários de atendimento, programação e população atendida? O planejamento dessas ações políticas incluiu as pessoas com deficiência no que se refere a programação e a metodologia das ações políticas?

O objetivo dessa pesquisa é analisar se as políticas públicas de esporte e lazer em parques esportivos de Campo Grande/MS incluem as pessoas com deficiência no que diz respeito a acessibilidade metodológica e programática. A acessibilidade envolveu o horário de funcionamento dos parques, os programas e os projetos de esportes implementados, bem como as instituições envolvidas na política esportiva.

### **Acessibilidade Metodológica e Programática**

A acessibilidade corresponde ao desenho universal que possibilita o acesso de todas as pessoas aos produtos, serviços e informação. De forma geral, a acessibilidade envolve seis dimensões: arquitetônica (eliminação de barreiras físicas), comunicacional (eliminação de barreiras na comunicação entre as pessoas e o lugar), instrumental (eliminação de barreiras como os instrumentos, as ferramentas e os utensílios) atitudinal (eliminação de preconceitos, estereótipos e discriminações nos comportamentos sociais), metodológica (eliminação de barreiras nos métodos e técnicas das atividades de esporte e lazer), e programática (eliminação de barreiras embutidas em políticas públicas e legislação). Para o presente artigo, foram aprofundadas e analisadas apenas as dimensões metodológica e programática da acessibilidade (SASSAKI, 1997).

A acessibilidade metodológica consiste na substituição de formas tradicionais de promoção de políticas públicas que não leva em consideração as características e necessidades específicas de uma população por formas inovadoras. A acessibilidade

metodológica envolve diferentes métodos e técnicas de execução com ênfase na inclusão de todas as pessoas (SASSAKI, 1997).

No âmbito das políticas públicas de esporte, promover a acessibilidade metodológica consiste na adaptação de esportes existentes ou na criação de esportes adaptados, a fim de atender aqueles que se encontram em condições específicas, como ocorre com as pessoas com deficiência. Essas adaptações buscam atender única e exclusivamente um tipo de grupo como ocorre com: o futebol de cinco, específico para pessoas com deficiência visual; e tênis de mesa, adaptado para pessoas com paralisia cerebral, amputadas, pessoas com deficiência físico-motora ou com deficiência intelectual.<sup>4</sup>

Quando se fala de acessibilidade metodológica, ou em criação de esportes ou adaptação dos já existentes às condições das pessoas com deficiência, significa que algumas modificações devem ocorrer em relação aos seguintes aspectos: a) infraestrutura física dos espaços de jogo (dimensões da quadra); b) forma de desenvolvimento do esporte (regras de jogo); e c) materiais esportivos (bolas, dimensões traves, redes e cestas, formas de comunicação, dentre outros) a fim de proporcionar a inclusão de todas as pessoas.

O esporte adaptado consiste em modalidades esportivas que passaram por algum tipo de modificação para serem adequadas a uma determinada população e, sobretudo, no que diz respeito às suas particularidades (WINNICK, 2004) – nos contextos físicos (equipamentos, locais e materiais) e nos procedimentos (regras e organização de uma modalidade esportiva ou evento) (MAUERBERG-de-CASTRO; TOLOI; CIDADE, 2011).

---

<sup>4</sup> É importante anotar que em nível de competição, o enquadramento dos participantes além de ocorrer com base no tipo de deficiência também envolve a classificação funcional realizada pelos diferentes comitês esportivos.

A variedade de esportes adaptados está relacionada a sua caracterização/adaptação realizada a partir do tipo de deficiência que a pessoa apresenta (visual, física/motora ou intelectual), tipo de eventos (jogos nacionais, internacionais, mundiais, paraolimpíadas), estação do ano (verão ou inverno), local de realização da prática (cidade ou natureza), dentre outros.

Além dos esportes adaptados, há aqueles que, antes inexistentes, a partir das características de uma população foram criados especificamente para atendê-la (ARAÚJO, 2011), como ocorre com o *goalball*, *petra* e *polybat*, o que não se configura como esportes adaptados, mas como esportes criados para a prática das pessoas com deficiência, mas que tem sido praticado por pessoas sem deficiência.

Por sua vez, a acessibilidade programática, de acordo com Sasaki (2009), consiste na eliminação de barreiras invisíveis existentes nas políticas públicas, que por vezes inibem as pessoas com deficiência de usufruírem o direito ao esporte e ao lazer.

A acessibilidade programática diz respeito as atividades oferecidas em espaços esportivos que constituem em elementos de uma política pública, dotadas de regulamentos, leis e normas. A programação esportiva corresponde aos dias de atendimento, horários, público-alvo, e caracterização de ausência ou presença de barreiras programáticas.

Assim, a acessibilidade metodológica e a acessibilidade programática podem ser verificadas, respectivamente, pela análise da presença de atividades direcionadas especificamente às pessoas com deficiência. A acessibilidade só ocorre de forma efetiva quando as condições são criadas para que elas sejam inseridas em programas esportivos e atividades físicas de lazer dirigidas à população em geral. Chama-se atenção a necessidade de modificações nas metodologias usadas no ensino dos esportes, de modo

que atendam às pessoas com deficiências. Por fim, existe uma existência de adaptação dos esportes na programação de espaços de lazer, como parques esportivos, o que indica se a política pública desenvolvida promove ou não a inclusão dessas pessoas com deficiência.

## Metodologia

A investigação se caracterizou como descritivo-exploratória. Descritiva por realizar uma caracterização da acessibilidade metodológica e programática como um fenômeno a ser investigado (RICHARDSON *et al.*, 1999; MARCONI; LAKATOS, 2002). Exploratória, por investigar um objetivo de estudo que passa por constantes modificações, o que permite realizar uma formulação de alternativas para a administração pública (OLIVEIRA, 2002).

A pesquisa foi realizada em cinco parques esportivos, localizados na cidade de Campo Grande/MS, conforme caracterização detalhada no Quadro 1:

**Quadro 1:** Parques esportivos de Campo Grande/MS

Parques	Bairro	Região	Ano de fundação	Área
Nações Indígenas	Santa Fé	Prosa	1993	119 hectares
Ecológico do Sóter	Mata do Jacinto	Prosa	2004	22 hectares
Ayrton Senna	Aero Rancho	Anhanduizinho	1994	32 hectares
Tarsila do Amaral	Nova Lima	Segredo	2006	45 hectares
Jaques da Luz	Moreninhas	Bandeira	1994	45 hectares

**Fonte:** Dados da pesquisa

A técnica utilizada para a coleta de dados foi a entrevista estruturada, caracterizada pelo contato direto entre investigador e os participantes (POCINHO; FIGUEIREDO, 2004). As entrevistas foram realizadas com três coordenadores de projetos desenvolvidos nos Parques (Jaques da Luz, Ayrton Senna e Tarsila do Amaral). Nos parques Ecológico do Sóter e Nações Indígenas, não tinham no período da coleta

de dados nenhum programa ou atividade esportiva. Participaram também dois presidentes de Organizações Não Governamentais (ONG's), que desenvolviam atividades esportivas adaptadas nas quadras do Parque Ayrton Senna.

O formulário da entrevista foi composto por três questões, sendo duas abertas e uma fechada. São elas: a) quais esportes ou atividades físicas de lazer são oferecidas no parque e qual instituição é responsável por sua oferta?; b) quais populações são atendidas no projeto?; e c) como os esportes ou atividades de lazer são organizadas nos dias da semana e horários de atendimento?).

Os resultados obtidos foram analisados a partir da frequência relativa. No que tange à ética em pesquisa, ao efetuar o convite aos participantes todos foram informados a respeito dos objetivos do estudo, sua metodologia e eventuais riscos. A participação ocorreu de forma voluntária, e a adesão formalizada pela leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Brasília sob o nº 262/2010.

## **Resultados e Discussão**

A partir dos resultados da pesquisa é possível afirmar que houve acessibilidade no que diz respeito ao horário de atendimento dos cinco parques esportivos analisados, conforme Quadro 2. Os dias e horários de expediente permitiram mais do que 12 horas por dia, o que garante o acesso em períodos ampliados.

Em três parques analisados, a segunda-feira corresponde ao dia de manutenção, reserva de pequenos reparos, tratamento de água das piscinas.

**Quadro 2:** Dias e horários de expedientes dos parques esportivos de Campo Grande/MS

Dias de atendimento	Parques				
	Jaques	Ayrton	Sóter	Tarsila	Nações
Segunda-Domingo	-	-	8:00-22:00h	-	6:00-21:00h
Terça-Domingo	-	-			

Fonte: Dados da pesquisa

Os parques esportivos abertos ao público ao longo de toda a semana e em horários que não sejam apenas o comercial são de suma importância para maximização das possibilidades de prática do lazer. A disponibilidade ampla de horários nos parques esportivos permite que os trabalhadores e parte significativa da população que se envolve com atividades familiares, educacionais e religiosas tenham acesso ao equipamento esportivo de forma ampliada.

Sabe-se que o “tempo disponível” é uma das principais barreiras para o acesso as práticas esportivas e de lazer, como evidenciados na literatura científica, nas pesquisas realizadas com o público adolescente (DIAS, LOCH, RONQUE, 2015; MULLER, SILVA, 2013) e com o público adulto (NOGUEIRA, SOUZA, 2012; PINHEIRO *et al.*, 2010).

A importância da existência de horários acessíveis aos equipamentos esportivos para a prática do lazer foi evidenciada em outras investigações realizadas na cidade de Curitiba/PR. Estas pesquisas comprovaram que a localização e a existência de pista de caminhada e corrida, com horário ampliado de atendimento, influenciaram positivamente no uso dos equipamentos e nas práticas esportivas e de lazer (PETROSKI *et al.*, 2009; FERMINO; REIS; CASSOU, 2012).

O acesso democrático aos espaços públicos como os parques esportivos são de grande relevância para o exercício da cidadania, uma vez que promove a vida social e a criação de relações entre os usuários.



La calidad del espacio público es hoy una condición principal para la adquisición de la ciudadanía. El espacio público cumple funciones urbanísticas, socioculturales y políticas. En el ámbito de barrio es a la vez el lugar de vida social y de relación entre elementos construídos, con sus poblaciones y actividades. En el nivel de ciudad conecta y da continuidad a los diversos territorios urbanos y proporciona una imagen de identidad y monumentalidad. El espacio público de calidad es aquel que es accesible y polivalente, lo que le permite prestar servicios a ser usado por poblaciones diversas en tiempos a veces distintos y otras coincidentes [...] (BORJA, 2013, p. 297).

A cidadania está relacionada ao sentimento de pertencimento ao equipamento esportivo ou ao lugar, o que pode promover o intercâmbio e as interações existentes entre o ser humano e o ambiente. Assim, a afetividade decorrente das possibilidades e sensações de acesso aos parques esportivos possibilita ao indivíduo ou a um grupo a compreensão do espaço como lugar, um equipamento esportivo dotado de sentido e pertencimento.

No que tange ao fomento do acesso aos parques a política adotada corrobora com o reforço da função social da cidade como espaço de encontro. No entanto, a disponibilização de equipamentos esportivos e ampliação dos horários de acesso não são suficientes. A democratização das atividades esportivas e de lazer depende também da programação e do acompanhamento de profissionais com formação específica e como metodologia inclusiva para atuar no setor.

No quesito programação, observou-se que apenas três parques (Jaques da Luz, Ayrton Senna e Tarsila do Amaral), dispõem de atividades esportivas e de lazer em sua programação, conforme quadro 3. A gestão dos Parques Ecológico Sóter e Nações Indígenas não promovia nenhuma atividade esportiva no momento da realização da pesquisa.

A oferta de atividades esportivas e de lazer à comunidade favorece a participação de toda a população. A ampliação da oferta da programação tem o potencial de contemplar os anseios e a escolha de acordo com o interesse de cada um.

A oferta de uma programação ampliada a todas as pessoas, em parques esportivos, se configura como o principal fator de incentivo e envolvimento do público com o equipamento esportivo, conforme resultado de pesquisas realizadas em Florianópolis/SC, Maringá/PR e Recife/PE (COLLET *et al.*, 2008; PIZANI *et al.*, 2015; SILVA *et al.*, 2016).

**Quadro 3:** Atividades esportivas e de lazer oferecidas nos parques esportivos em

Campo Grande/MS

Parques		
Jaques	Ayrton	Tarsila
- Futsal	- Basquetebol	- Natação
- Ginástica localizada	- Caminhada orientada	
- Hidroginástica	- Futsal	
- Natação	- Hidroginástica	
- Recreação	- Natação	
	- Voleibol	

Fonte: Dados da pesquisa

Ao analisar os responsáveis pela gestão das programações existentes nos parques esportivos de Campo Grande/MS, observou-se que foi realizada uma articulação política entre a administração pública e o setor privado. No Parque Jaques da Luz (Fundação Municipal de Esporte e Universidade Anhanguera) e no Parque Ayrton Senna (Fundação Municipal de Esporte e Universidade Católica Dom Bosco) a prefeitura foi a responsável pela infraestrutura dos parques, enquanto que as universidades são responsáveis pelos materiais, professores e estagiários para o fomento das práticas esportivas e de lazer.

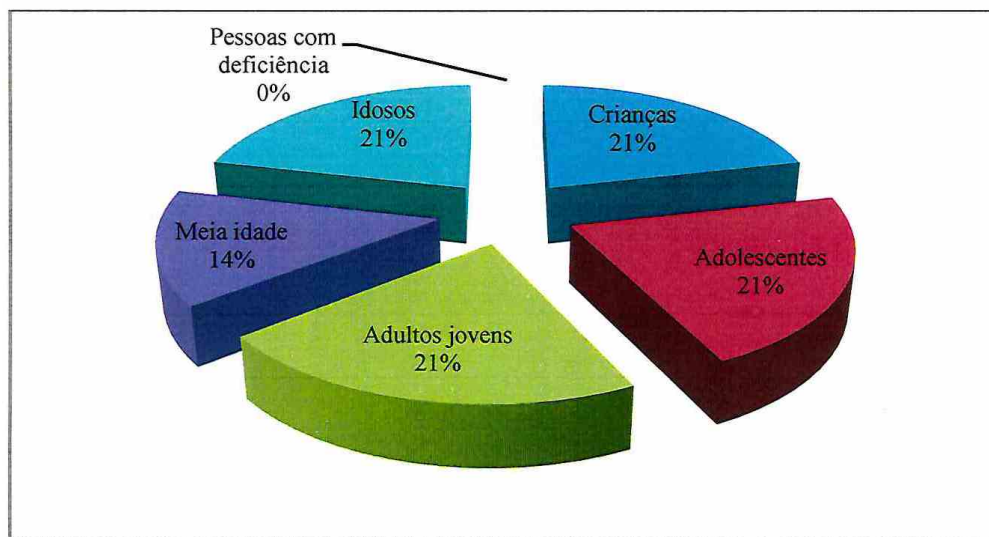
A parceria entre a Administração Pública e as instituições de ensino superior podem contribuir para a qualificação das atividades esportivas e de lazer, uma vez que a universidade tem como princípios o ensino (socialização do conhecimento), a pesquisa (produção do conhecimento) e a extensão (relevância e aplicabilidade do conhecimento). Assim, o poder público pode realizar uma articulação política com a universidade, com o objetivo de qualificar as ações práticas.

A universidade, ao ter como princípios o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, busca incentivar:

[...] o Ensino dar ênfase na socialização do conhecimento acumulado pela humanidade; à Pesquisa cabe buscar alargar as fronteiras do conhecimento; e à Extensão cabe a ênfase em cumprir a função social e ética dos conhecimentos acumulados, transmitidos e produzidos na universidade (SAMPAIO; FREITAS, 2010, p. 21).

Quanto ao público atendido, os participantes da pesquisa sinalizaram ao atendimento de crianças, adolescentes, adultos jovens, pessoas com meia idade e idosos, conforme demonstra (Figura 1). Ou seja, nenhum dos parques apresentaram acessibilidade metodológica e/ou programática às pessoas com deficiência nas atividades oferecidas pelo município, Estado ou parcerias com as Universidades, visto que além de não existir em seu programa esportes ou atividades de lazer adaptadas. Assim, as atividades direcionadas à população em geral não são organizadas de modo que atendam às pessoas com deficiência.

**Figura 1:** População atendida nos programas de esportes e lazer nos Parques esportivos em Campo Grande/MS



Fonte: Dados da pesquisa.

Verificou-se que diferentes estratégias de organização de programas foram elaboradas a fim de incluir pessoas com deficiências em contextos de prática esportiva, como a inclusão unificada (caracterizada por programas desenvolvidos com a participação paritária de pessoas com deficiência e sem deficiência) e a inclusão reversa (caracterizada por programas que envolvem pessoas com deficiência e sem deficiência, mas com predominância de pessoas com deficiência).

A acessibilidade programática e metodológica não tem sido transformada em demandas prioritárias dentro da agenda política do governo municipal em Campo Grande, visto que nenhum programa desenvolvido nos parques esportivos fomenta à prática de esporte adaptado com ênfase nas pessoas com deficiência ou insere esta população por intermédio de adaptações nos programas existentes.

A inexistência de projetos esportivos destinados às pessoas com deficiência também foi evidenciada em estudo realizado por Hunger, Squarcini e Pereira (2004) na cidade de Bauru/SP. Resultados semelhantes também foram reportadas em pesquisa

realizada por Souza e Campos (2008) no Rio de Janeiro/RJ, onde foi evidenciado que apenas 1% das pessoas com deficiência visual participavam de algum programa esportivo.

Não existe nenhum outro estudo com abrangência nacional que tenha avaliado a inserção das pessoas com deficiência no esporte. Os dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2006, auxiliam na compreensão dessa questão, pois condições similares foram evidenciadas no país, o que revela a ínfima inserção das pessoas com deficiência em oportunidades esportivas (IBGE, 2006).

A inadaptação metodológica dos esportes na programação geral dos parques esportivos no que diz respeito às características e condições das pessoas com deficiência pode ser atribuída ao tipo de política pública que frequentemente permeia nosso país. No geral, as ações políticas são programas generalistas que buscam atender o maior número de pessoas (mas não todas as pessoas). As políticas públicas, fundamentam-se, no modelo de “homem-padrão”, arquétipo que tem historicamente colocado as pessoas com deficiência à margem da sociedade, excluindo-as do convívio social e da vivência dos diferentes bens culturais e serviços públicos. Além disso, configuram-se como políticas públicas de caráter distributivo, com impactos em curto prazo, na maioria das vezes focado em um público ao invés do atendimento universal, o que privilegia alguns grupos sociais e regiões em detrimento do todo (SOUZA; 2006; RODRIGUES, 2010).

Apesar da inexistência de esportes adaptados às pessoas com deficiência nos programas desenvolvidos nos parques esportivos de Campo Grande, foi reportada ações em locais específicos. Pode-se destacar o Parque Ayrton Senna, que tem oferta de esportes adaptados via ONG's, entidades que utilizam o espaço físico do município.

Dentre os esportes oferecidos, a Associação Regional do Desporto de Deficientes Mentais<sup>5</sup> de Mato Grosso do Sul fomenta para seu público o treinamento nas modalidades de tênis de mesa adaptado e atletismo. Por sua vez, o Centro Arco Íris de Reabilitação Alternativa desenvolve treinamento de basquetebol em cadeiras de rodas, todos adaptados metodologicamente com objetivos de preparação de equipes para competição em jogos e atletismo.

Considerando a mínima inserção das pessoas com deficiência em oportunidades esportivas e a ausência de preocupação das autoridades públicas com a inclusão de pessoas com deficiência em programas esportivos, a ação das Associações se torna relevante para a garantia do direito ao esporte. Ao fomentar atividades esportivas e de lazer às pessoas com deficiências intelectual e física, as Associações contribuem positivamente para a inclusão por meio do esporte

O fomento da prática de esportes adaptados por instituições do Terceiro Setor no Brasil não é algo recente, uma vez que a atuação pode ser reportada desde 1958 por iniciativas de Robson e Aldo Miccolis, fundadores do Clube do Otimismo no Rio de Janeiro, e Del Grande, fundador do Clube dos Paraplégicos de São Paulo. Del Grande foi divulgador do basquete em cadeira de rodas no país (COSTA; SOUSA, 2004), além de responsável pela criação da primeira equipe brasileira da modalidade – “Azes da Cadeira de Rodas” (SENATORE, 2006). Em São Paulo, pode-se destacar o fomento ao *goalball*, modalidade disputada pelas pessoas com deficiência visual desde 1985, com destaque para o Clube de Apoio ao Deficiente Visual (CADEVI) (MATURANA *et al.*, 2005).

---

<sup>5</sup> Na atualidade o termo utilizado em substituição a deficiência mental é deficiente intelectual.

Isto demonstra o papel fundamental dessas instituições na promoção de esportes adaptados às pessoas com deficiência, assim como a importância de outras instituições buscarem parcerias com o poder público. As parcerias contribuem na divulgação e inclusão das pessoas com deficiências nos parques esportivos do município. Por outro lado, indica que a programação esportiva e as atividades de lazer oferecidas nos parques analisados são praticamente nulas, pois apenas o parque Tarsila do Amaral conta com a promoção de atividades esportivas e de lazer.

Quanto a esse modelo de política social que tem sobrecarregado a sociedade civil e as instituições não governamentais, Pereira (2011) adverte que os princípios que o norteiam acabam negando o bem-estar social como direito do cidadão e dever do Estado. O modelo de transferência de responsabilidades pode abrir fendas ainda maiores em relação à negligência com os direitos sociais, haja vista que em nome da pregação da divisão social de responsabilidades corre o risco de desmantelar direitos historicamente conquistados, pois ele tem se traduzido na diminuição protetora do Estado. Logo, deve-se atentar para que isso não se torne um artifício do Estado para se afastar e diminuir cada vez mais sua participação no fomento de políticas sociais, como por vezes observado na hierarquização de prioridades.

Assim, as políticas públicas pautadas na diminuição da atuação do estado e na transferência de responsabilidades para a sociedade civil apresentam uma orientação neoliberal. A fundamentação central é a “diminuição das possibilidades de participação do Estado” devido aos efeitos colaterais advindos da globalização, conforme defende Souza (2006), a diminuição da capacidade de os governos de intervir, formular políticas públicas e governar, com ênfase na economia.

Embora a participação da sociedade no fomento de políticas públicas seja uma possibilidade, o papel fundamental que as universidades e as instituições relacionadas às pessoas com deficiência exercem na disseminação e democratização do acesso aos esportes não deve servir de estímulo ao município e Estado a se furtarem de sua responsabilidade na democratização do lazer. A parceria com ONG's deve surgir como uma possibilidade, visto que além do Estado ser especialista por natureza e produtor por excelência de políticas públicas (SOUZA, 2006), a efetivação dos direitos sociais conquistados a duras custas pelos trabalhadores exige ação ativa da administração pública via implantação de políticas sociais (MENINUCCI, 2006). O Estado é a instituição responsável pelo desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer, como condição essencial para que a cidadania social ocorra.

Por fim, faz-se necessário que problematizações sejam realizados por pesquisadores, sociedade civil, e demais instituições de defesa dos direitos das pessoas com deficiência frente à gestão pública municipal e estadual, com o objetivo de reivindicar providências no que tange à adoção de políticas públicas pautadas no paradigma da inclusão.

### **Considerações Finais**

Pode-se concluir que as políticas públicas de esporte e lazer em parques esportivos de Campo Grande/MS não promovem a inclusão das pessoas com deficiências.

O poder público municipal e estadual, ao não oferecer, a acessibilidade programática esportiva, tem violado o direito das pessoas com deficiência. A única programação que promove a inclusão foi fomentada por ONGs, o que comprova a



omissão do poder público. O acesso das pessoas com deficiência está restrito aos dias e horários de atendimento, o que inibe a promoção da cidadania e construção de identidades pessoais e coletivas.

A partir das barreiras programáticas, pode-se concluir que as ações políticas no esporte e no lazer de Campo Grande também não contemplam a acessibilidade metodológica. Dessa forma, os resultados da pesquisa são de grande relevância para o campo acadêmico-científico das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, uma vez que a inclusão das pessoas com deficiência se encontra em processo.

Os resultados servem ainda como suporte para gestão pública municipal e estadual, já que foi apresentado indicativos importantes para a inclusão por meio da acessibilidade programática e metodológica no esporte e lazer. Por fim, os resultados da pesquisa denunciam e chamam a atenção para a ausência de ações políticas que promovem a inclusão das pessoas com deficiências nos parques esportivos.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, P. F. **Desporto adaptado no Brasil**. São Paulo: Phorte, 2011.
- BORJA, J. **La ciudad conquistada**. Madrid: Alianza editorial, 2013.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292p.
- COLLET, C *et al.* Fatores determinantes para realização de atividades físicas em Parque Urbano de Florianópolis. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Pelotas, v. 13, n. 1, p. 15-23, 2008.
- COSTA, A. M.; SOUSA, S. B. Educação Física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Revista Brasileira de Ciências e Esporte**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 27-42, 2004.
- DIAS, D. F.; LOCH, M. R., RONQUE, E. R. V. Barreiras percebidas à prática de atividade físicas no lazer e fatores associados em adolescentes. **Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 11, p. 3339-3350, 2015.

FERMINO, R. C.; REIS, R. S.; CASSOU, A. Fatores individuais e ambientais associados ao uso de parques e praças por adultos de Curitiba-PR, Brasil. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, Florianópolis, v. 14, n. 4, p. 377-389, 2012.

HUNGER, D.; SQUARCINI, C. F. R.; PEREIRA, J. M. A pessoa portadora de deficiência física e o lazer. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 85-100, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos Municípios – Esporte 2003**. Rio de Janeiro: Comunicação social, 2006: Disponível em: <[https://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_imprensa.php?id\\_noticia=567](https://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_imprensa.php?id_noticia=567)>. Acesso em: 29 mai. 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATURANA, L. *et al.* Inclusão social: esporte para deficientes visuais. *In*: DA COSTA, L. **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 645-649.

MAUERBERG-de-CASTRO, E.; TOLOI, G. G.; CIDADE, R. E. Esporte para deficientes: do alto rendimento ao esporte de participação. *In*: MAUERBERG-de-CASTRO, E. (Org.). **Atividade física adaptada**. 2. ed. Ribeirão Preto: Novo conceito, 2011. p. 531-580.

MENICUCCI, T. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. *In*: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. (Org.). **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 137-164.

MÜLLER, W. A.; SILVA, M. C. Barreiras à prática de atividades físicas de adolescentes escolares da zona sul do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Pelotas, v.18, n. 3, p. 344-346, 2013.

NOGUEIRA, J. A. D.; SOUSA, A. F. M. Barreiras percebidas e etapas de mudanças de comportamento relacionadas à prática de atividade física em professores de escolas públicas. **Revista Brasileira de Ciências e Movimento**, Taguatinga, v. 20, n. 1, p. 65-70, 2012.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2002.

PEREIRA, P. **Política social: temas & questões**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PETROSKI, É. L. *et al.* Estágios de mudança de comportamento e percepção positiva do ambiente para atividade física em usuários de parque urbano. **Motricidade**, Ribeira de Pena, v. 5, n. 2, p. 17-31, 2009.

PINHEIRO, K. C. *et al.* Barreiras percebidas para a prática de atividade física de musculação em adultos desistentes da modalidade. **Revista Brasileira de Atividade física & Saúde**, Pelotas, v.15, n. 3, p. 157-162, 2010.

PIZANI, J. *et al.* O parque do Ingá como espaço público de lazer: uma análise da percepção do ambiente. **Licere**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 61-85, 2015.

POCINHO, M.; FIGUEIREDO, J. P. **Métodos e técnicas de investigação científica**. Coimbra: Escola Superior Tecnologia da Saúde de Coimbra, 2004.

RODRIGUES, M. A. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

RICHARDSON, R.J *et al.* **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas; 1999.

SAMPAIO; J. H.; FREITAS, M. H. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão – És tu a Universidade que estava por vir ou esperaremos por outra? *In*: FREITAS, L. G.; MARIZ, R. S. (Org.). **Educação superior**: princípios, finalidade e formação continuada de professores. Brasília: Universa, 2010

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano XII, v. 3, p. 10-16, 2009.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SENATORE, V. Parolímpicos do futuro. *In*: CONDE, Antônio João Manescal; SOBRINHO, P. A. S.; SENATORE, V. (Orgs.). **Introdução ao movimento paraolímpico**: manual de orientação para professores de educação física. Brasília: Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006. p. 9-23.

SILVA, E. P. C. *et al.* Percepção da qualidade do ambiente e vivências em espaços públicos de lazer. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. 2016.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, R. P.; CAMPOS, D. Atividade esportiva para deficientes visuais: uma análise quantitativa no município do Rio de Janeiro. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, v. 142, n. 1, p. 50-57, 2008.

WINNICK, J. **Educação Física e esportes adaptados**. Barueri: Manole, 2004.

#### **Endereço dos Autores:**

Junior Vagner Pereira da Silva  
Rua Arthur Jorge, 2403  
Edifício Solar do São Francisco – Apto 2002  
Campo Grande – MS – 79.002-440  
Endereço Eletrônico: jr\_lazer@yahoo.com.br

Dirceu Santos Silva  
Avenida Costa e Silva s/n  
Cidade Universitária – Pioneiros

Junior Vagner Pereira da Silva,  
Dirceu Santos Silva e Tânia Mara Vieira Sampaio

Políticas Públicas de Esporte em Parques e a Inclusão...

Campo Grande – MS – 79.070-900  
Endereço Eletrônico: dirceu\_09@yahoo.com.br

Tânia Mara Vieira Sampaio  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Campus Luziânia. Rua São Bartolomeu - Vila Esperança  
Luziânia – GO – 72.811-580  
Endereço Eletrônico: taniamara\_sampaio@hotmail.com